



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano 2025 (dois mil e vinte e cinco) às 9 (nove) horas, verificado o quórum regimental estabelecido no art. 41 do Regimento Interno do Conselho de Recursos Tributários, foi aberta a **23ª (vigésima terceira) Sessão Ordinária da Câmara Superior do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará**, sob a Presidência do Dr. Victor Hugo Cabral de Moraes Junior. Presentes os Conselheiros: Raimundo Frutuoso de Oliveira Junior, Leilson Oliveira Cnha, Maria Elineide Silva e Souza, Manoel Marcelo Augusto Marques Neto, Antônia Helena Teixeira Gomes, Gerusa Marília Alves Melquíades de Lima, Francisco Wellington Ávila Pereira, Sabrina Andrade Guilhon, Carlos Mauro Benevides Neto, Pedro Jorge Medeiros, Geider de Lima Alcântara, Robério Fontenele de Carvalho, José Ernane Santos, Mikael Pinheiro de Oliveira e Alex Konne de Nogueira e Souza. Presente o representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente, secretariando os trabalhos da Câmara Superior, a Secretária Ana Paula Figueiredo Porto. Ausente o Conselheiro Lúcio Gonçalves Feitosa. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente anunciou as resoluções que foram encaminhadas para aprovação, referentes aos processos de nºs: 1/0838/2020 Conselheira Sabrina Andrade Guilhon; 1/0085/2021 Conselheira Maria Elineide Silva e Souza; 1/0650/2015 Conselheiro Geider Alcântara; 1/3949/2019 Conselheiro Alexandre Brenand; 1/415/2022 Conselheiro Francisco Wellington Ávila Pereira. Não havendo sugestões de alterações, **as resoluções anunciadas foram aprovadas**. Passando à Ordem do Dia, o Presidente Victor Hugo anunciou para julgamento:

1. PROCESSO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 1/3024/2016 – AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 1/201615095. Recorrente: TRÊS CORAÇÕES ALIMENTOS S/A. Recorrido: ESTADO DO CEARÁ. Conselheiro Relator: CARLOS MAURO BENEVIDES NETO. DECISÃO: A Câmara Superior do Conselho de Recursos Tributários, deliberando sobre o Recurso Extraordinário admitido pela Presidência com base no que dispõe o art. 73, parágrafos 1º ao 5º da Lei nº 18.185, de 29 de agosto de 2022, **Resolve:** por maioria de votos, negar provimento ao Recurso Extraordinário interposto, para manter a decisão de **PARCIAL PROCEDÊNCIA**, proferida na resolução recorrida de nº 160/2024, da 4ª Câmara, aplicando ao caso a contagem do prazo decadencial previsto no art. 173, I, c/c art. 149 do CTN, tendo em vista o entendimento majoritário da Câmara de que as operações não foram declaradas, logo, não havia o que o Fisco homologar, nos termos do voto da Conselheira Maria Elineide Silva e Souza, designada para lavrar a Resolução por ter proferido o primeiro voto divergente e vencedor, manifestando-se nos seguintes termos: *“A omissão de receita decorrente do levantamento de estoque de mercadorias é oriunda da falta de emissão de documento fiscal. Diante da ausência do documento fiscal, verifica-se que não há fato a ser homologado. Portanto, o período decadencial conta-se na forma prevista no art. 173, I, do CTN”*. Votos contrários os dos conselheiros: Carlos Mauro Benevides Neto, Pedro Jorge Medeiros, José Ernane Santos, Mikael Pinheiro de Oliveira, Alex Konne de Nogueira e Souza, Geider de Lima Alcântara e Robério Fontenele de Carvalho, que votaram pelo provimento do recurso interposto, aplicando o art. 150, § 4º do CTN, para fins de contagem do prazo decadencial. Decisão em conformidade com a manifestação do representante da Procuradoria Geral do Estado, que em sessão, manifestou-se pela aplicabilidade do previsto no art. 173, I, do CTN. Presente, para apresentação de sustentação oral, o representante legal da autuada, Dr. Carlos Cesar Souza Cintra, acompanhado do Dr.

Thiago Pierre Linhares Mattos, Dra. Lorena Thainara Pereira Chaves e Dra. Maria Laiza de V. Magalhães.

2. PROCESSO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 1/1546/2016 – AUTO DE INFRAÇÃO nº: 1/201604005.

Recorrente: NORSÁ REFRIGERANTES LTDA. Recorrido: ESTADO DO CEARÁ. Conselheira Relatora:

MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. DECISÃO: A Câmara Superior do Conselho de Recursos Tributários,

deliberando sobre os Recursos Extraordinários admitidos pela Presidência com base no que dispõe o art.

73, parágrafos 1º ao 5º da Lei nº 18.185, de 29 de agosto de 2022, Resolve: Deliberações ocorridas na

13ª (décima terceira) Sessão Ordinária da Câmara Superior, realizada em 16/07/2025: “1. quanto à

tese defendida, pela aplicação do art. 106, I, do CTN, tendo em vista tratar-se de normativo interpretativo aplicável a fatos pretéritos, a Câmara Superior acata, por unanimidade de votos, o

argumento da parte; 2. em relação à exclusão do cálculo do coeficiente das operações com CFOP 5917

(remessa de mercadoria em consignação), a Câmara Superior, por unanimidade de votos, afasta o

pedido da parte por entender que tratam-se de operações tributadas, de saída definitiva com destaque

do imposto. 3. CFOP 5949 (outras saídas não especificadas), a Câmara Superior, por unanimidade de

votos, resolve não acatar o pedido, considerando que foram mantidas no levantamento fiscal somente

as operações tributadas, no caso concreto, pela planilha da autuação, verifica-se que estas operações

foram mantidas quando CST era 060, 010 mas quando CST era 040-isenta e 041-não tributada já foram

excluídas porque já não estavam no numerador também como pede o contribuinte; 4. CFOPs 5905

(remessa para armazém geral/depósito fechado), CFOP 5920 (remessa de vasilhame - interna) e CFOP

6920 (remessa de vasilhame - interestadual) prejudicados os pedidos, posto que os referidos CFOPs não

constam da planilha de fiscalização; 5. quanto ao pedido de inclusão no numerador do cálculo do CIAP

as operações com CFOP 5405 (operações com substituição tributária): a Câmara Superior decide, por

maioria de votos, acatar a inclusão no numerador, considerando que na Substituição Tributária tanto o

contribuinte substituto quanto o substituído arcam com o ônus financeiro do pagamento do tributo,

assegurando o princípio da não-cumulatividade do imposto. O Conselheiro Francisco Wellington Ávila

Pereira manifestou seu voto nos seguintes termos: “*Quanto ao pedido de inclusão no numerador do*

CFOP 5405, o pedido não deve ser acatado em atendimento ao princípio da não-cumulatividade. Sendo

seu CST 40 – Isenta – operação é isenta de ICMS - , não deve portanto ser incluída no numerador (saídas

tributadas), por ser neste caso concreto analisado as operações sem destaque de imposto”. A

Conselheira Sabrina Andrade Guilhon manifestou em seu voto: “*Ressalto ainda, que esse pedido de*

inclusão do CFOP 5405 não estão contidas nas paradigmas, na paradigma 259/2019 foram incluídos os

CFOPs 5403 (Venda de mercadoria, adquirida ou recebida de terceiros, sujeita ao regime de substituição

tributária, na condição de contribuinte-substituto) e CFOP 5409 (transferência de mercadoria sujeita à

substituição tributária na condição de contribuinte-substituto). Mas considerando que foi admitido no

despacho de admissibilidade a análise das situações, à luz do § 13-A que foi acrescentado pelo art. 1.º,

inciso I, do Decreto 33.293/2019, entendo que este dispositivo não é aplicável por tratar-se este

dispositivo para as regras do que deve ser incluído ou não no denominador (saídas totais) do coeficiente,

e a situação em análise é pedido de inclusão no numerador”. Foram votos vencidos, pela não inclusão no

numerador do CFOP 5405 o Relator Francisco Wellington Ávila Pereira, seguidos pelos votos de Sabrina

Andrade Guilhon, Antônia Helena Teixeira Gomes, Gerusa Marília Alves Melquiades de Lima, Manoel

Marcelo Augusto Marques Neto e Leilson Oliveira Cunha. No mérito, a Câmara Superior decide, por

maioria de votos, dar provimento ao recurso interposto, decidindo pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA,**

acatando as paradigmas acostadas em relação apenas à inclusão no numerador do CFOP 5405

(operações com substituição tributária), nos termos do voto da Conselheira Maria Elineide Silva e Souza, designada para lavrar a resolução por ter proferido o primeiro voto divergente e vencedor, decidindo-se ainda, considerando a necessidade de se fazer a liquidação do crédito tributário, pelo encaminhamento dos autos à Célula de Perícia Tributária - CEPET, para fins de liquidação e apuração dos valores a serem recolhidos, devendo após a providência, os autos retornarem à Câmara Superior para homologação do crédito tributário. Seguiram o voto da conselheira maria Elineide Silva e Souza os conselheiros: Hamilton Gonçalves Sobreira, Pedro Jorge Medeiros, José Ernane Santos, Deyse Lôbo Aguiar Rocha, Robério Fontenele Carvalho, Geider de Lima Alcântara, Carlos Eduardo Romanian Brasil e Raimundo Frutuoso de Oliveira Junior. O Conselheiro Raimundo Frutuoso de OLiveira Junior justificou seu voto no seguintes termos: *“Em uma substituição para frente, é plenamente defensável que tanto o contribuinte substituto como o substituído tenham o direito de incluir as operações sujeitas a tal regime de tributação como tributadas no numerador do coeficiente de crédito do CIAP, tendo em vista que o primeiro é responsável pelo pagamento ICMS devido da obrigação direta, destacado no documento fiscal, como o recolhido por substituição tributária até o nível do consumidor final, sendo que o segundo, apesar de suas saídas serem escrituradas sem débito de ICMS em seus registros fiscais, arca com ônus tributário devido, pela presunção de sua ocorrência, até o fim da cadeia mercantil. Nesse caso, a isonomia está sendo plenamente observada”*. Ausente o conselheiro Raimundo Feitosa Carvalho Gomes. Participou, de forma virtual e nos termos da Portaria Conat no 08/2023, realizando sustentação oral, o representante legal da atuada, Dr. Giovanni Tadeu Oliveira Cordeiro”. **Retornando à pauta, nesta data,** resolvem os membros da Câmara Superior, por unanimidade de votos, homologar o crédito tributário apurado pela Célula de Perícia-Tributária - CEPET (fls. 454/456), de acordo com a decisão de **PARCIAL PROCEDÊNCIA** adotada pela Câmara Superior, na 13ª Sessão Ordinária, de 16 de julho de 2025. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora, em consonância com a manifestação do representante da Procuradoria Geral do Estado. Participou, de forma virtual e nos termos da Portaria Conat nº 08/2023, o representante legal da atuada, Dr. Giovanni Tadeu Oliveira Cordeiro.

3. PROCESSO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 1/0741/2016 – AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 1/201601296. Recorrente: COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE. Recorrido: ESTADO DO CEARÁ. Conselheiro Relator: LEILSON OLIVEIRA CUNHA. DECISÃO: A Câmara Superior do Conselho de Recursos Tributários, deliberando sobre o Recurso Extraordinário admitido pela Presidência com base no que dispõe o art. 73, parágrafos 1º ao 5º da Lei nº 18.185, de 29 de agosto de 2022, **Resolve: 1. Quanto à legitimidade dos créditos de ICMS referente a material utilizado na iluminação pública, ainda que não pertencentes a Coelce, mas utilizados na iluminação pública, considerando a posse legal dos ativos.** Afastado, por unanimidade de votos, mantendo o entendimento consignado na decisão recorrida, considerando que a recorrente não comprovou a aquisição (propriedade) desses bens utilizados na iluminação pública, nem demonstrou que os mesmos teriam sido integrados ao seu ativo permanente, não sendo a posse dos bens suficiente a ensejar o direito ao crédito, restando o entendimento de que os mesmos pertenciam aos municípios, o que não gera direito ao crédito para a mesma, confirmando entendimento apresentado pela Câmara Superior, através da Resolução nº 043/2025, afastando o entendimento consignado na paradigma (Resolução 030/2022 - 4ª Câmara), nos termos do voto do Conselheiro relator e manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Participou, de forma virtual e nos termos da Portaria Conat no 08/2023, realizando sustentação

oral, a representante legal da autuada, Dra. Beatriz Vieira Faria.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Ana Paula Figueiredo Porto, Secretária da Câmara Superior, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente da Câmara Superior, nos termos da Portaria Conat nº 02, de 3 (três) de maio de 2022.

Victor Hugo Cabral de Moraes Junior
PRESIDENTE DA CÂMARA SUPERIOR

Ana Paula Figueiredo Porto
SECRETÁRIA DA CÂMARA SUPERIOR